

Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária



**Relatório de monitoramento do Plano
Municipal de Assistência Social de
Nova Laranjeiras – PMAS 2026-2029**

2026

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PMAS período de 2026 à 2029

Município de NOVA LARANJEIRAS – Ano 2026

1. Identificação

Município: NOVA LARANJEIRAS

Período de referência: Início 2026, término 2029.

Instância responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social

Equipe técnica responsável:

PAMELA GROSSEL EVARINI - Secretária Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária;

MICHELE DE CASSIA ROSSA BABINSKI - Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social;

MATEUS JOÃO SCHMOELLER DE LIMA - Psicólogo do Centro de Referência de Assistência Social;

CLEIDIANE MIORANZA - Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social;

CHAIANE FERREIA – Técnico de nível médio do CRAS

JOVANIA APARECIDA DA SILVA - Técnico de nível médio do CRAS

SILVANA ISABEL XAVIER – Recepção do CRAS

TAILA CRISTINA ANDRIOLA - Coordenadora Municipal do Cadastro Único e Programa Bolsa Família;

JOSICLEIA RODRIGUES - Entrevistadora do CadÚnico.

JOCILDO PEREIRA BALITZKI – motorista CRAS

CLARICE ROSA COLLA – Adjunta e Assessora Especial da Secretária Municipal de Assistência Social;

EDNILSON LUIZ NAIRNE – Diretor de Departamento de Políticas Sociais

CHEILA APARECIDA RAMOS - Assistente Social da equipe de Proteção Social Especial – PSE

THALITA ONETTA MÜLLER – Psicóloga da equipe de Proteção Social Especial - PSE

2. Introdução

O presente Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) do Município de Nova Laranjeiras, referente ao período de 2026 a 2029, tem como objetivo apresentar o acompanhamento da execução das ações, metas e estratégias definidas no Plano, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993).

O monitoramento consiste em um processo sistemático e contínuo de coleta, análise e interpretação de informações, que possibilita verificar o andamento da implementações dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Já a avaliação permite identificar os avanços, dificuldades e desafios encontrados, subsidiando a tomada de decisões e o replanejamento de ações, quando necessário.

Este relatório cumpre ainda a função de instrumento de transparência e de controle social, ao fornecer subsídios ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e à sociedade em geral sobre a execução da política de assistência social no território municipal.

Assim, busca-se assegurar que a política pública de assistência social se efetive de forma planejada, participativa e integrada, garantindo a proteção social aos cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

3. Metodologia

O processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Nova Laranjeiras foi desenvolvido a partir da coleta, análise e sistematização de informações referentes à execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados no município.

Para a elaboração deste relatório, foram consideradas as seguintes fontes de dados:

- CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), utilizado para identificação do perfil das famílias em situação de vulnerabilidade;

- RMA (Relatório Mensal de Atendimentos) e sistema próprio do Município, que registram a execução dos serviços nos CRAS e CADUNICO;
- Censo SUAS, com informações sobre a estrutura da rede socioassistencial;
- Relatórios administrativos e financeiros da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Informações repassadas por entidades e organizações da rede socioassistencial parceira.

A metodologia adotada buscou assegurar a participação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), garantindo a análise compartilhada dos dados, a identificação dos avanços e das fragilidades, bem como a definição de recomendações para o aprimoramento das ações.

Dessa forma, este relatório reflete não apenas os resultados quantitativos obtidos, mas também aspectos qualitativos relacionados à efetividade e à cobertura da política de assistência social no território municipal.

4. Diagnóstico Socioterritorial

O município de Nova Laranjeiras, localizado no Estado do Paraná, possui uma população de aproximadamente 12.074 habitantes (Censo 2022), distribuída em um território de cerca de 1.210 km², o que resulta em baixa densidade demográfica. A configuração territorial é marcada pela predominância rural, onde vivem cerca de 79% da população, enquanto apenas 21% residem na área urbana. Essa característica evidencia a forte dependência da economia local da agricultura familiar e da agropecuária, que respondem por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

Do ponto de vista social, Nova Laranjeiras apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,642, segundo dados de 2010, valor considerado médio, o que indica importantes desafios para o desenvolvimento humano integral. A taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos é elevada, alcançando 95,5% em 2010, o que demonstra avanços no acesso à educação básica. Contudo, a desigualdade de renda permanece como uma das principais

vulnerabilidades: cerca de 46,1% da população vivia, em 2010, com rendimento per capita de até meio salário mínimo.

No campo econômico, o PIB per capita estimado em 2024 é de aproximadamente R\$ 26,9 mil, ainda inferior à média estadual, o que confirma a necessidade de políticas públicas voltadas à diversificação da economia e à inclusão produtiva. O setor agropecuário é predominante, representando cerca de 51,1% da economia local, seguido pelos serviços, administração pública e, em menor escala, pela indústria.

A população apresenta certa diversidade étnico-racial: conforme o Censo de 2010, os grupos indígenas e pardos são expressivos nessa área, representando juntos um contingente significativo (2.239 pessoas indígenas e 2.278 pardos) Isso ressalta a importância de políticas públicas adequadas e respeitosas às especificidades culturais desses grupos.

Quanto à infraestrutura, o município apresenta cobertura significativa de energia elétrica, mas ainda enfrenta limitações no abastecimento de água potável e em outros serviços básicos, sobretudo nas áreas rurais mais distantes. Tais fragilidades impactam diretamente a qualidade de vida da população e reforçam a importância da política de assistência social como instrumento de garantia de direitos, inclusão social e redução das vulnerabilidades.

DIRETRIZES APRESENTADAS PARA O MUNICÍPIO

Eixo 1: Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades

Prioridades para o Município		Metas	Ações	Avaliação
1	Ampliação do número de profissionais capacitados no SUAS, de forma a garantir o agendamento rápido, descentralizado, online, presencial sistemático e o acesso igualitário à população da zona urbana e rural e Terra Indígena Rio das Cobras.	Ao menos um em 2026	Capacitação permanente Ações e visitas na aldeia	Realizada parcialmente
2	Implantação da equipe própria para Vigilância socioassistencial territorial para realizar estudos e diagnósticos dos territórios com maior índice de vulnerabilidade para garantir o acesso à proteção básica e ou especial.	2026	Instituído através de Decreto Municipal Nº60 de 04 de março de 2026	Realizada em 2026
3	Fortalecer políticas de prevenção e combate à violência, ao abuso e exploração infantil e à violência contra mulheres.	2026 à 2029 de forma anual	Ações do maio laranja. Ações como a caminhada do meio dia, ações do Agosto Lilas, Projeto de zumba e criação da rede de proteção da mulher.	Realizada em 2026
4	Elaborar e divulgar material informativo e explicativo sobre os serviços ofertados no SUAS em diferentes formatos (panfletos, vídeos, peças gráficas, etc) acessível a diferentes públicos, com	2026	Foi feito digitalmente na Pasta da secretaria de Assistência Social no site oficial da Prefeitura.	Realizada parcialmente

	linguagem clara e adaptada as características de cada grupo.				
5	Fortalecer a participação da sociedade civil na gestão e controle social do SUAS e articular a assistência social com outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação, cultura, trabalho e lazer.	2026 à 2029	Realizar reuniões mensais do CMAS Elaborar fluxo intersetorial	Atividade continua	
6	Pleitear recursos para a construção de um CRAS Indígena na Terra Indígena Rio das Cobras com oferta de serviços complementares, assegurando profissionais indígenas e não indígenas, veículos, internet e computadores.	2026 à 2029	Elaborar diagnóstico socioassistencial da Terra Indígena Rio das Cobras, justificando a necessidade de implantação do CRAS Indígena. Elaborar projeto técnico para construção e implantação do CRAS Indígena, conforme normativas do SUAS.	Recurso aderido pelo governo do Estado do Paraná através do SIFF	

Eixo2: Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional

Prioridades para o Município		Metas	Ações	Avaliação
1	Adequar o quantitativo de profissionais nos equipamentos e serviços da PSB, observando normativas NOB RH/SUAS.	2026 2027	Contratar ao menos um profissional em 2026	Foi chamado do concurso um psicólogo e dois níveis médios para o CRAS
2	Implantar plano municipal de cargos, carreiras e salários dos trabalhadores do SUAS objetivando a valorização profissional, motivação, permanência e qualificação contínua, evitando desigualdades salariais e fortalecendo o compromisso profissional com a política de assistência social.	2026	Instituir comissão de trabalho para elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos trabalhadores do SUAS. Realizar diagnóstico da força de trabalho, identificando cargos, vínculos, remuneração, jornadas de trabalho e necessidades de adequação.	Não realizada nenhuma ação para elaboração do Plano de carreira.
3	Garantir capacitação continuada aos trabalhadores do SUAS, a fim de qualificar o atendimento, a participação e o fortalecimento do controle social.	2026 à 2029 de forma anual	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS,	Realizada, o plano esta no site da prefeitura e sendo implementado

			contemplando as necessidades de capacitação dos trabalhadores e conselheiros.	conforme tema devido mensalmente.
4	Implantar a Vigilância Socioassistencial no município a fim qualificar a base de dados territoriais para subsidiar a construção de relatórios de informação e diagnósticos com o objetivo de otimizar a oferta e operacionalização dos programas, benefícios e serviços do SUAS.	2026	Instituir formalmente a Vigilância Socioassistencial por meio de ato normativo, definindo suas atribuições e equipe responsável.	Decreto nº 17 de janeiro de 2026 que institui a vigilância.
5	Implantar um programa municipal permanente de cuidado à saúde mental dos trabalhadores do SUAS, com ações preventivas, educativas e terapêuticas, promovendo qualidade de vida e condições adequadas de trabalho.	Ate 2029	Realizar diagnóstico das condições de trabalho e dos fatores de risco psicossociais que afetam os trabalhadores do SUAS.	Não realizada
6	Contratar assessoria técnica especializada para apoiar a Secretaria de Assistência Social na organização da gestão, planejamento, monitoramento, avaliação e elaboração de instrumentos de gestão do SUAS.	2026 ate 2027	Realizar levantamento das necessidades técnicas da Sec. Mun. de Assistência Social para definir o escopo da assessoria especializada.	Nao realizada

Eixo 3 : Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no SUAS

Prioridades para o Município		Metas	Ações	Avaliação
1	Alterar a Lei Municipal nº 405/2005, que trata do Auxílio Funeral, ampliando o valor para um salário mínimo federal, visando melhor atender à família que dele necessitar.	2026	Copilar todos benefícios eventuais em uma única Lei Municipal.	Em elaboração pelo jurídico Municipal.
2	Ampliar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, dentro da comunidade indígena.	Até 2029	Realizar diagnóstico da população idosa indígena para identificar demandas, potencialidades e necessidades de ampliação do SCFV.	Não realizada
3	Alterar a dispensação de Auxílio Alimentação, atualmente feito através de cesta básica, para cartão vale-alimentação, com valor estipulado, onde a família beneficiária possa ir até o comércio e adquirir os alimentos que forem de sua escolha.	Até 2029	Realizar estudo técnico e jurídico sobre a viabilidade da substituição da cesta básica por cartão vale-alimentação, observando a LOAS, a Resolução CNAS nº 39/2010 e a legislação municipal.	Não realizada
4	Implantar o Benefício Eventual aluguel social,	Até 2026	Copilar todos benefícios eventuais	Em elaboração

para atender a demanda de pessoas que vivem em situação de risco e para casos de calamidade pública.		em uma única Lei Municipal.	pele Municipal.	jurídico
--	--	-----------------------------	--------------------	----------

EIXO 4: Gestão Democrática, informação no SUAS e comunicação transparente: Fortalecendo a participação social no SUAS

Prioridades para o Município		Metas	Ações	Avaliação
1	Promover a capacitação contínua dos conselheiros Municipais. Oferecer formação anual para conselheiros(as) sobre legislação, controle social, orçamento público e papel do CMAS, fortalecendo sua atuação e independência.	2026 2027 2028 2029	Realizar formação inicial para os novos conselheiros no início de cada mandato, abordando legislação, competências, ética e funcionamento do CMAS. Promover, no mínimo, uma capacitação anual sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), NOB/SUAS, financiamento e controle social	Não realizada

2	Realizar reuniões descentralizadas do CMAS nas comunidades rurais e aldeias indígenas, garantindo escuta ativa e participação popular nas decisões da política de assistência social, mantendo um calendário fixo.	2026 2027 2028 2029	laborar e aprovar um calendário anual de reuniões descentralizadas do CMAS, contemplando comunidades rurais e aldeias indígenas.	Não realizada
3	Criação de um Boletim Informativo do SUAS Municipal. Produzir e divulgar trimestralmente um boletim digital com informações sobre benefícios, serviços, ações da assistência e decisões do CMAS.	Ate 2026	Instituir o Boletim Informativo Digital do SUAS, definindo sua periodicidade, identidade visual, equipe responsável e fluxo de elaboração.	Realizada
4	Criar um canal de ouvidoria para recebimento de denúncias, reclamações e sugestões, garantindo retorno às demandas dos usuários de forma clara e rápida.	Ate 2029	Implantar canais de atendimento (telefone, e-mail, formulário eletrônico, WhatsApp institucional e atendimento presencial), assegurando acessibilidade aos usuários.	Realizada parcialmente.
5	Realização de Audiências Públicas sobre Assistência Social. Promover audiências públicas, focando em temas como segurança	2026 2027 2028	Elaborar e aprovar um calendário anual de audiências públicas sobre a Política de Assistência Social.	Não realizada

	alimentar, proteção à infância, povos indígenas e população em situação de vulnerabilidade.	2029			
6	Incentivar o uso de tecnologias para ampliar a transparência e o controle social. Manter atualizada a aba no site da prefeitura com informações atualizadas do SUAS: ações, conselhos, atas de reuniões, prestações de contas, editais e acesso a formulários.	2026 2027 2028 2029	Criar ou reestruturar a página da Assistência Social no site oficial do Município, organizando as informações de forma acessível e intuitiva.	Realizada em 2026	
7	Criar folders e vídeos informativos para a população sobre o papel do CMAS, e sua respectiva função.	Ate 2029	Produzir folders, cartilhas, infográficos e outros materiais educativos em linguagem simples e acessível sobre o papel do CMAS e o controle social no SUAS.	Não realizada	

Eixo 5: Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS

Prioridades para o Município		Metas	
1	Ampliar o recurso financeiro para liberação dos Benefícios Eventuais através da Lei Municipal do Sistema Único da Assistência Social com a regulamentação de benefícios eventuais	2026 2027 2028 2029	Revisar e atualizar a legislação municipal que regulamenta os Benefícios Eventuais, adequando-a às normativas do SUAS e às necessidades locais. Leis em elaboração pelo jurídico municipal

	(natalidade, funerário, alimentação e aluguel social).				
2	Ampliação do quadro funcional e de equipe volante/ itinerante, para a inclusão/atualização no CadÚnico e Ampliação do nº de profissionais do quadro efetivo específico para Cadastro Único.	Até 2029	Realizar diagnóstico da demanda do Cadastro Único, identificando número de famílias cadastradas, pendências de atualização, áreas de difícil acesso e necessidade de ampliação da equipe.		Não realizada
3	Estabelecer um orçamento de reserva destinado aos equipamentos da Assistência Social para atendimento da população atingida em caso de calamidade pública.	2026 2027 2028 2029	Elaborar Plano Municipal de Contingência da Assistência Social para situações de emergência e calamidade pública.		Não realizada
4	Ofertar cursos profissionalizantes para os usuários da Assistência Social, para auxiliar o acesso ao mercado de trabalho.	2026 Até 2029	Realizar levantamento das demandas de qualificação profissional dos usuários atendidos pela Assistência Social, considerando interesses, potencialidades e características do território.		Realizada parcialmente
5	Desenvolver plano de ações de atendimento da população com oferta de serviços e garantia de direitos fundamentais necessários à sobrevivência	2026	Realizar diagnóstico das áreas de risco e dos grupos populacionais mais vulneráveis, considerando comunidades		Não realizada

	no início, durante e após a situação de calamidade.		rurais, aldeias indígenas e demais territórios prioritários.	
6.	Pleitear junto ao Governo do Estado e Governo Federal a construção e cofinanciamento de um CRAS Indígena, para atender a população da Terra Indígena Rio das Cobras.	Ate 2029	Realizar estudo técnico demonstrando a necessidade da implantação de um CRAS Indígena, considerando os critérios de vulnerabilidade, extensão territorial e especificidades da população indígena.	Recurso aderido pelo governo do Estado do Parana através do SIFF

6. Dificuldades e Desafios

A execução e o monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social de Nova Laranjeiras evidenciaram um conjunto de dificuldades e desafios que precisam ser considerados no planejamento futuro da política socioassistencial. Entre os principais obstáculos, destaca-se a dificuldade de manter os cadastros do Cadastro Único atualizados, em razão da extensão territorial do município e da grande quantidade de famílias residentes em áreas rurais de difícil acesso, o que exige maior estrutura para ações de busca ativa. Soma-se a isso a limitação de recursos humanos, com número reduzido de profissionais nas equipes de referência do CRAS, fatores que comprometem a continuidade e a qualidade do atendimento.

Outro desafio importante está relacionado a demanda por serviços e benefícios superior à capacidade de atendimento, sobretudo no que se refere aos benefícios eventuais e às atividades de convivência destinadas a crianças, adolescentes, idosos nas comunidades tradicionais.

A análise do período ainda aponta dificuldades na integração intersetorial, uma vez que a articulação entre assistência social, saúde, educação e outras políticas públicas nem sempre ocorre de forma efetiva, o que fragiliza a resposta às situações de vulnerabilidade social. Por fim, as limitações financeiras se apresentam como um obstáculo permanente, dado que os recursos federais e estaduais são muitas vezes insuficientes e repassados com atraso, exigindo maior contrapartida do município para garantir a continuidade e a expansão da rede socioassistencial.

7. Principais Avanços

Apesar dos desafios enfrentados, a execução do Plano Municipal de Assistência Social em Nova Laranjeiras apresentou avanços significativos no período analisado. Um dos pontos de destaque foi o fortalecimento do Cadastro Único, com aumento das atualizações das famílias cadastradas, realizadas em loco, nas comunidades com o apoio das escolas, lideranças locais e visitas domiciliares.

O CRAS consolidou-se como porta de entrada da política, com uma obra nova e ampla, inaugurada em junho de 2024, ofertando salas de atendimento individualizados, sala de oficinas e um lindo parque e brinquedoteca, ampliando o

acesso da população aos serviços e fortalecendo o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade.

Outro avanço importante refere-se à ampliação da oferta de serviços voltados à proteção social básica, especialmente nos grupos de convivência para crianças, e idosos, com ampliação de crianças na Aldeia Taquara e de idosos na Comunidade do Divisor, o que contribuiu para o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. Também houve maior aproximação das equipes com as comunidades rurais e tradicionais, por meio de visitas domiciliares e atendimentos descentralizados, ampliando o alcance da rede socioassistencial.

No campo da gestão, registrou-se a melhoria nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação, com maior participação do Conselho Municipal de Assistência Social nas deliberações e no acompanhamento da política, fortalecendo o controle social. Além disso, houve investimentos em capacitações para os profissionais da assistência social, através especializações fornecidas pelo governo do estado, nos treinamentos do CAPACITASUAS, favorecendo a qualificação do atendimento e a melhoria da qualidade dos serviços.

Esses avanços demonstram o esforço da gestão municipal em cumprir as metas do PMAS e em consolidar a política de assistência social como instrumento de garantia de direitos, mesmo diante das limitações financeiras e estruturais.

8. Recomendações

Com base na análise realizada, o monitoramento do PMAS aponta as seguintes recomendações para o aprimoramento da política de assistência social no município de Nova Laranjeiras:

Fortalecimento do Cadastro Único: Ampliar as ações de busca ativa para alcançar famílias em extrema pobreza, comunidades rurais e povos tradicionais e Garantir

atualização periódica dos cadastros, evitando a perda de benefícios por desatualização.

Qualificação da Rede Socioassistencial: *Investir na capacitação contínua da equipe técnica do CRAS e ampliar a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, especialmente voltados a crianças, adolescentes e idosos.*

Melhoria da Estrutura Física e de Recursos Humanos: construir uma Secretaria de Assistência Social separada do corpo do prédio do CRAS.

Integração Intersetorial: Ampliar o diálogo entre assistência social, saúde, educação, habitação e agricultura familiar, fortalecendo ações conjuntas no meio rural e desenvolver programas de geração de renda e inclusão produtiva em parceria com a agricultura familiar.

Gestão e Planejamento: Manter o monitoramento sistemático dos indicadores socioassistenciais no site oficial do Municipal com apresentação dos boletins informativos.

Controle Social e Participação Popular: Reforçar o papel do **CMAS** na análise e deliberação das políticas, criando um cronograma mensal de reuniões e publicando no site, garantindo maior participação da sociedade civil e promover conferências e espaços de escuta.

9. Conclusão

O presente Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Nova Laranjeiras demonstra os avanços, desafios e perspectivas da política de assistência social no município, evidenciando o esforço da gestão em garantir direitos e promover a proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade.

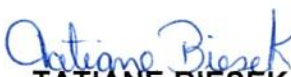
A análise dos dados e indicadores socioterritoriais revelam que, apesar dos progressos obtidos, principalmente no acesso à educação e na expansão dos serviços socioassistenciais, ainda persistem desigualdades de renda, fragilidades na infraestrutura básica e dificuldades de acesso a políticas públicas na terra indígena Rio das cobras, onde se concentra grande parte da população.

O monitoramento reafirma a importância do Cadastro Único como ferramenta estratégica para identificação das famílias e para o acesso a programas sociais, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de atualização periódica e de estratégias ativas de busca para alcançar as famílias em maior vulnerabilidade.

Verifica-se, ainda, a relevância do papel do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e da participação da sociedade civil no acompanhamento e controle social da política, fortalecendo a transparência e a gestão democrática.

Dessa forma, este relatório não apenas cumpre sua função legal e administrativa, mas também se configura como um instrumento de planejamento e replanejamento, permitindo que a gestão municipal adeque suas ações, qualifique os serviços ofertados e amplie a cobertura da rede socioassistencial, assegurando a efetividade da política de assistência social no território de Nova Laranjeiras.


PAMELA GROSSEL EVARINI
Secretário Municipal de Assistência Social


TATIANE BIESEK
Presidente do CMAS